

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

TJ sinaliza aumento de 10% para custas

Presidente busca consenso para formular proposta à AL; corregedor do CNJ volta a Curitiba para acompanhar mudanças

CARTÓRIOS
TJ retoma
projeto para
reajustar custas
judiciais

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local



Francisco Falcão faz nova visita ao presidente do TJ, Guilherme Luiz Gomes (à dir.), para verificar cumprimento de metas impostas pelo CNJ

Curitiba - O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Guilherme Luiz Gomes, afirmou ontem que vai enviar à Assembleia Legislativa (AL) um novo projeto de reajuste das custas de cartórios judiciais e extrajudiciais. Segundo ele, a proposta será definida por um grupo de trabalho formado por membros da Corregedoria-Geral, com participação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Defensoria Pública e dos próprios serventuários.

"Nós estamos estudando um reajuste linear que possa permitir que os serviços sejam prestados. Temos hoje várias unidades que são estatizadas. Essa estatização ocorreu por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e foi cumprida. Mas dependemos do recolhimento das custas para pagamento de servidores e manutenção da máquina."

A ideia do TJ é que a matéria seja recebida pelos deputados entre fevereiro e março de 2014, para que haja tempo hábil de discuti-la. De acor-

do com o desembargador, os índices propostos serão "razoáveis", isto é, inferiores aos discutidos no final do ano passado, quando o então chefe do Judiciário, Miguel Kfoury Neto, encaminhou à AL projeto propondo aumento de 18,15%. Na época, diante da incerteza sobre os valores, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), acabou adiando a votação. "Um índice razoável, a meu ver, é um índice pegando os dois últimos anos, apesar de que há cinco não há reajuste, o que dá em torno de 10% ou 11%", completou Gomes.

'Judiciário melhor'

As declarações do presidente do tribunal foram dadas durante coletiva de imprensa com o corregedor do CNJ, ministro Francisco Falcão, que chegou ontem a Curitiba para verificar o cumprimento das metas do órgão por parte do

TJ. Ele deve se reunir hoje com juizes e servidores de diversos departamentos, para examinar eventuais pendências em relação à última visita que fez ao TJ, em abril deste ano.

Falcão disse que, a partir do afastamento do ex-presidente Clayton Camargo e com a posse de Guilherme Gomes, a expectativa é "termos um Judiciário bem melhor no Paraná". Ele evitou, contudo, comentar sobre as investigações em curso envolvendo Clayton e seu filho, Fabio Camargo, que é conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado.

Entre as questões que devem ser verificadas pelo CNJ estão a cessão de espaços públicos sem licitação, a existência de nepotismo no órgão, que Guilherme Gomes diz ter acabado, e a produtividade dos desembargadores. O último ponto foi julgado na visita de abril como "abaixo da média". O presidente do TJ informou, no entanto, que considera "razoável" o desempenho dos magistrados. "Até agora, em 2013, entre julgados de toda a Justiça do Paraná, temos 112%. Ou seja, julgamos mais do que recebemos (processos)", afirmou Gomes.

Apesar de não detalhar como está hoje a situação do TJ, Francisco Falcão adiantou que sentiu uma melhoria em relação aos meses anteriores. "O Guilherme é um homem sério e, sendo um homem sério, não tenho dúvidas de que ele irá melhorar a imagem do Judiciário."

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Abalo quase sísmico

Não apenas o CNJ e o próprio STF, com o caso do mensalão, criaram fatos novos na vida do País. Até o nosso Tribunal de Contas ingressou no ativismo em função da audição feita no sistema de transportes da capital (peça essa que ainda passará pelo crivo do colegiado) e deu 15 dias para a Urbs responder aos fatos elencados nos quais foram notificadas 23 pessoas e 11 empresas. Ora essa não era a postura tradicional do TC, normalmente limitada a glosas nas contas da Urbs e em alguns dos seus procedimentos, que com o passar do tempo ficavam no campo da advertência. Como ainda aplicaram multa em Eduardo Requião como gestor da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e que foi tornada nula na sessão de anteontem.

Tudo o que foge à rotina surpreende e pode-se apontar a apreensão mais recente do CNJ no Judiciário paranaense como afastamento do seu ex-presidente Cláyton Camargo (a cúpula baiana foi também alcançada com o atual e ex-presidente também punidos) como um divisor de águas por aqui nas acomodações tradicionais e que justificam a vinda ontem do corregedor Falcão para contato com os nossos desembargadores.

Há vários anos a STN, Secretaria do Tesouro Nacional, vem relacionando o Paraná como infrator de normas em convênios e nos ditames da LRF, Lei de Responsabilidade Fiscal, e o governo não se emenda, insistindo na evasiva de que se trata de perseguição, tal qual o Maluf com decisões judiciais. É possível que neste fim de semana haja alguma novidade sobre os empréstimos barrados que obviamente não seria técnica e sim política pelo fato de a reincidência nas faltas não ter sido suficiente para uma nova atitude, corrigida, por parte das autoridades.

De qualquer forma tudo isso é novo e o abalo que produz é quase sísmico.

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONSCIÊNCIA NEGRA

Indústrias também poderão
funcionar no feriado do dia 20

Indústrias poderão funcionar no feriado

Sindimetal de Londrina obteve liminar contra feriado
da Consciência Negra; decisão é provisória

Fábio Galiotto

Reportagem Local

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (Sindimetal) de Londrina obteve ontem uma liminar que permite que as fábricas do setor funcionem normalmente durante o feriado do Dia da Consciência Negra. A decisão libera 400 empresas da cidade, com 1,5 mil funcionários, a trabalhar no próximo dia 20, sem risco de sanção ou multa aplicadas pelo município. A prefeitura vai recorrer.

Em sentença de segunda instância, o Sindicato do Comércio Varejista de Londrina (Sincoval) também havia conseguido a liberação para lojistas trabalharem no feriado. A argumentação usada foi de que a Lei Municipal 10.816/2009 cria um feriado cívico, o que pode ser feito apenas pela União. À prefeitura, sobram datas religiosas, com número máximo de quatro.

O despacho publicado ontem, em favor do Sindimetal, é da desembargadora Lélia Samardã Giacomet, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), e

tem caráter liminar. Ela afirma que o argumento principal do pedido foi evitar prejuízos financeiros, causados pela suspensão do trabalho e pagamento de horas extras, em um momento econômico delicado para a indústria nacional. "A pretensão do Sindicato/agravante é de que os seus representados possam trabalhar normalmente no dia 20 de novembro, sem estarem sujeitos às penalidades descritas na Lei Federal nº 605/49, o que autoriza e ampara, no meu entendimento, sua pretensão", escreveu, ao citar a legislação que trata do repouso remunerado e do pagamento em feriados.

Para o presidente do Sindimetal, Valter Orsi, a indústria apenas conseguiria recuperar as perdas econômicas, estimadas por ele em R\$ 5 milhões, com pagamento de horas extras em outra data. "Seria negativo para toda a região de Londrina, porque cidades do mesmo porte trabalharão normalmente nesse dia."

Ele diz que a postura da entidade não é contrária o movimento negro. "Respeitamos, apoiamos e incentivamos a celebração da data. É

preciso envolver escolas, discutir a questão, mas o feriado é lesivo às empresas", afirma Orsi.

O procurador geral do Município, Zulmar Fachin, espera que a prefeitura seja citada logo para tentar reverter a liminar em dez dias, antes do feriado. Ele conta que a situação é diferente do que ocorre com o Sincoval, cuja discussão pode demorar mais por ser uma sentença definitiva.

CONTINUA

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

No Supremo

Fachin lembra que existem decisões contrárias aos feriados no Dia da Consciência Negra em outras cidades, como em Curitiba, na paulista Araraquara e nas catarinenses Florianópolis e Joinville. "A questão está ficando clara e os tribunais estão concedendo essas liminares, então outras entidades provavelmente vão tentar o mesmo."

O advogado e ex-vereador Tito Valle, que representa questões ligadas ao movimento negro em Londrina, afirma que a discussão já chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Estamos estudando a possibilidade de recorrer das decisões daqui e conversamos com outros líderes do País para engrossar o debate, para o Supremo decidir ou para que o governo federal decida pelo decreto de um feriado nacional."

Valle, porém, criticou a decisão tomada pelo Sindimetal. "É lamentável, ainda mais em uma categoria como a dos metalúrgicos, com grande parte de pessoas de raça negra. Mas o funcionário não deve ter sido ouvido."

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

OPINIAO DO LEITOR

Dia da Consciência Negra sem data

O feriado do dia 20 de novembro, em comemoração à Consciência Negra, foi criado pela Lei Municipal nº 10.816 de 8/12/2009, contrariando parecer da Comissão de Justiça da Câmara de Londrina. A referida Comissão alertou, sem sucesso que, de acordo com a Lei Federal nº 9.093 de 12/9/1995, nenhum município tinha poderes para estabelecer feriados civis. Entendo que o "Dia da Consciência Negra" já nasceu com vício de inconstitucionalidade e não deve, portanto, prevalecer como já se posicionou, de forma correta, o Poder Judiciário. A sua manutenção significa uma afronta à legislação, além de se caracterizar por ser uma postura fundamentalmente racista. Sou absolutamente contrário à celebração de qualquer tipo de discriminação. Reflexões sobre a importância e participação de todas as raças na formação da sociedade brasileira devem ser feitas todos os dias, em casa e na escola.

ROBERTO DELALIBERA

(bacharel em Direito) – Londrina

Divergências de ideias

É hilária a indignação dos chamados cidadãos esclarecidos e politizados, chamando de "menos informados" aqueles que têm pensamentos dissonantes dos seus. Dão mostras de padecer de indigência mental e que não sabem conviver com divergências de ideias, postulado maior de uma democracia. E tentam passar a ideia de que seus líderes políticos são vestais e impolutos. Não creio que seja por falta de conhecimento dos alarmantes casos de corrupção tucana, o engavetamento das investigações do caso Alston/Siemens, a conivência de alguns maus membros do Judiciário e a blindagem de parte da imprensa. É tentativa mesmo de esconder a banda podre. Graças à ampla rede de informações que hoje dispomos, tais fatos já não ficam mais escondidos e os menos informados passam a migrar para classe dos esclarecidos e politizados.

HELEMILTON DIAS DE OLIVEIRA

(advogado) – Londrina

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Em busca de caminhos contra a violência

Programa da Vara Maria da Penha atende autores de agressões contra mulheres

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina - "A nossa missão aqui é mostrar que existem várias maneiras e vários caminhos para a vida que não seja a violência." A frase da psicóloga Renata Maciel de Freitas aponta o objetivo a ser alcançado pelo Projeto Caminhos. O serviço é o resultado de um convênio entre o Ministério da Justiça e a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), em parceria com a 6ª Vara Criminal de Londrina. O público-alvo são homens autores de violência doméstica contra a mulher. O projeto é inédito no Paraná.

Os agressores são encaminhados ao programa através de uma intimação judicial, após a decretação de ações protetivas a favor das mulheres. Eles são atendidos em grupos de reflexão, por advogados, assistentes sociais e psicólogos. A maioria dos participantes fez ameaças ao cônjuge, além de ter cometido agressões físicas, psicológicas e verbais.

"Os encontros são importantes para que esses homens repensem os padrões de mas-

culinidade, que entendem que a agressão é uma forma de punir a mulher. É o momento que eles podem refletir e buscar outros caminhos", explica Renata de Freitas, coordenadora do projeto.

O Projeto Caminhos começou em fevereiro e já acolheu 200 homens. Destes, 100 ingressaram nos grupos de reflexão, que são formados por, no máximo, 14 integrantes. Ao todo são 12 encontros e seis grupos já foram finalizados.

Nas reuniões são abordados temas como as diferenças entre os gêneros masculino e feminino, histórias de vida e da família, como resolver os conflitos e lidar com os sentimentos como a raiva. "Aqui os homens choram, contam suas dificuldades e o que pensam sobre a violência e o sofrimento. Eles compreendem que é possível mudar. O importante não é o que sentimos, mas sim como lidamos com eles. Não se pode desmentar os nossos problemas nos outros", ensina Renata.

Ao longo do caminho, alguns abandonam o programa, mas a Justiça tem agido com rigor nestes casos, aplicando uma multa de R\$ 50 por cada ausência nos encontros. Os

resultados, no entanto, têm sido satisfatórios. Nenhum homem que passou pelo projeto voltou a cometer agressões.

"No início, 80% questionavam que não sabiam por que estavam aqui, mas no final quase todos agradecem pela oportunidade de poderem pensar nas suas atitudes", orgulha-se a coordenadora.

Para a promotora de justiça da 6ª Vara Criminal de Londrina, Susana Lacerda, o programa é fundamental para evitar a reincidência e para que a pena cumpra o seu papel de ressocialização na sociedade. Segundo ela, os resultados têm sido altamente positivos. "Observamos durante as audiências dos processos em andamento que há uma mudança de comportamento dos agressores e até das vítimas em relação a esses homens. A partir do momento em que eles compreendem a situação, diminui a violência contra a mulher e também em relação aos filhos", aponta.

CONTINUA

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Cedca quer projeto em todo o Estado

Erika Gonçalves

Reportagem Local

CONTINUAÇÃO

A missão agora é não deixar o projeto acabar, já que a validade é de um ano. "A Lei Maria da Penha prevê o trabalho também com os homens autores de violência e por isso já solicitamos à Seju que renove o convênio com o Ministério da Justiça para não perdemos o trabalho que foi feito até agora", ressalta Renata de Freitas. "A nossa luta é pela continuidade do movimento e para que o programa deixe de ser um projeto e se torne uma política pública no município", defende a promotora.

Londrina - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca) do Paraná tem a intenção de que um projeto no molde do Caminhos seja desenvolvido em todo o Estado para tratar também agressores de crianças e adolescentes, já que não há políticas públicas nesse sentido no Estado. A ideia é de que o trabalho seja desenvolvido em parceria com as universidades estaduais.

Uma comissão institucional está discutindo o assunto e R\$ 3 milhões oriundos do Fundo para a Infância e a Adolescência (Fia) já foram reservados para o projeto, segundo Débora Cristina dos Reis Costa, conselheira do Cedca.

Édina Maria Silva de Paula, presidente do Cedca, explica que o objetivo maior é evitar que o agressor volte a praticar violência. "Queremos que essa pessoa seja tratada para evitar reincidências. Esse atendimento seria determinado pela Justiça como parte da pena, porque sabemos que infelizmente são raros aqueles que reconhecem precisar de tratamento", diz.

FOLHA DE LONDRINA

MP cobra na Justiça

R\$ 400 mil da Ebepec

Edson Ferreira
Reportagem Local

O Ministério Público (MP) do Paraná calcula um prejuízo de R\$ 400 mil aos cofres do município de Londrina com a contratação da Ebepec – Empresa Brasileira de Empreendimentos, Projetos e Consultoria, no final do ano passado, para limpeza e varrição da área central da cidade. Em ação civil pública, apresentada ontem à Justiça, o MP cobra o valor, já corrigido, dos sócios proprietários da empresa, Faíçal Jannani e José Geraldo Leibanti, do proprietário da Visatec Construções e Empreendimentos, Faíçal Jannani Junior, do ex-presidente da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) Octávio Cesário Neto, e dos servidores municipais Alexander Fermino e Vanderson Luis de Moraes.

De acordo com o MP, teria ocorrido uma articulação entre os acusados para que a Ebepec, “pertencente ao grupo Visatec”, fosse vencedora do chamamento público, feito pela CMTU mediante dispensa de licitação. O contrato durou três meses, entre outubro e dezembro de 2012. Por não ter certidões trabalhistas negativas, a Visatec não teria condições de contratar com a CMTU, portanto, teria ocorrido um “estratagema utilizado pelos requeridos Faíçal Jannani, José Geraldo Leibanti e Faíçal Jannani Junior para burlar o regime jurídico administrativo e superar os óbices da empresa Visatec de habilitar-se em processos de contratação com o poder público, mediante a utilização do nome limpo da recém-criada Ebepec”. A empresa tem sede em Presi-

dente Epitácio (SP) e está registrada na Junta Comercial daquele Estado.

Para execução do contrato, “utilizou-se de toda a estrutura da Visatec”. Para embasar essa acusação, o MP afirma que as ordens de serviço eram entregues na própria sede da Visatec, em Londrina, e a lista de funcionários vinculados ao contrato revela que alguns estavam registrados pela Visatec.

No caso dos representantes da CMTU, Octávio Cesário Neto, Alexander Fermino e Vanderson Luis de Moraes, embora soubessem do vínculo entre Ebepec e Visatec, firmaram a contratação da Ebepec, “embora a planilha apresentada por esta empresa contivesse itens que oneraram, de forma indevida e injustificadamente, o objeto do contrato”. Octávio e Fermino não atenderam os telefonemas. Moraes não foi localizado na CMTU.

Faíçal Jannani Junior afirmou que a Visatec nunca teve a intenção de realizar a varrição na cidade. Ele nega as irregularidades. “O imóvel onde está a Visatec é propriedade do meu pai, ele sempre teve o escritório dele ali eu pago aluguel para usar uma parte do espaço. Não vejo irregularidade no fato dele guardar um caminhão no espaço que é dele, especialmente sendo o meu pai.” O pai dele, Faíçal Jannani, disse que não houve prejuízos ao município. “A Ebepec participou e venceu uma disputa de preços. São acusações irresponsáveis contra a empresa.” Ele lembrou ainda que a Ebepec firmou contrato emergencial com a CMTU no início deste ano. “Foi o mesmo objeto, então por que não teria irregularidade neste caso?”, declara.

08 NOV 2013

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Auditoria na Urbs

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná notificou ontem 23 pessoas, 11 empresas de transporte coletivo de Curitiba e o sindicato que representa o setor para que, num prazo de 15 dias, apresentem defesa em relação ao resultado de auditoria que demonstrou que a tarifa do transporte coletivo na capital poderia ser 16,7% menor do que a atual. O documento relaciona 40 irregularidades, encontradas pela equipe de fiscalização nomeada especialmente pelo órgão de controle externo para averiguar os contratos da prefeitura da capital com as empresas de transporte.

Notificados

De acordo com o TC, estão sendo notificados pelo conselheiro Nestor Baptista, relator do processo, 14 diretores e ex-diretores da Urbanização de Curitiba (Urbs), dois dirigentes do Instituto Curitiba de Informática (ICI); sete ex-integrantes de comissão de licitação; os diretores das empresas que integram os três consórcios vencedores do certame e o presidente do Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp).

Resposta

Procurada pela FOLHA, a Urbs informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que os diretores notificados irão avaliar a questão e se manifestar no processo dentro do prazo estipulado pelo TC. Pelo regimento interno do órgão, o período para apresentação do contraditório poderá ser ampliado em mais 15 dias, conforme solicitação dos envolvidos.

08 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Google é intimado a revelar dados

Brasília - Uma decisão da 23ª Vara Cível de Brasília obriga o Google a apresentar até sábado os dados coletados pelos carros de seu sistema de mapeamento fotográfico Street View no Brasil, os quais teriam interceptado dados privados por meio de redes wi-fi, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia de descumprimento.

O processo é movido pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática (IBDI), uma organização privada sediada em Recife, desde julho. O grupo pede R\$ 1 milhão.

A decisão, que foi divulgada na segunda-feira, diz que a captação de informações como e-mails, senhas e outros por meio de redes sem fio desprotegidas seria indevida e considerada invasão de privacidade.

A acusação diz que há má-fé por parte do Google, apesar de o juiz responsável pelo processo dizer que tanto não pode ser presumido. "Ao contrário, o réu deixou entrever que pretende disponibilizar os dados, até para promoção do necessário debate público."

A prática foi admitida pela empresa nos EUA.

Consultado, o Google disse que "trata-se apenas de um pedido cautelar para prestação de algumas informações relativas ao Projeto Street View. O Google está avaliando se recorrerá da decisão".

Nos EUA, o Google pagou US\$ 7 milhões (o que hoje equivaleria a R\$ 16 milhões) para dar fim a uma das ações judiciais movidas contra a empresa por causa do Street View.

Posteriormente, os EUA decidiram que o Google poderia, sim, ser processado pela prática. As investigações feitas nos EUA e na Europa desde 2010 motivaram o processo no Brasil.

"O dano resultante daquilo que pode ser mais um episódio de monitoramento e espionagem maciços produzido por organismo estrangeiro contra os brasileiros precisa ser melhor entendido", disse Sérgio Palomares, advogado que representa o IBDI, por meio de comunicado à imprensa.

METRO 08 NOV 2013

MP questiona liminar que cancelou feriado

Consciência Negra. Para o Ministério Público, ação de inconstitucionalidade não deveria ter sido julgada no Tribunal de Justiça do Paraná. Caso deve ir parar no STF

Segundo o MP-PR (Ministério Público do Paraná), a ação que cancelou o feriado da Consciência Negra em Curitiba não deveria ser julgada pelo TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná). O argumento foi exposto pelo procurador-geral, Gilberto Giacoia, ontem, após uma reunião com a vice-prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves (PT), o presidente da Câmara Municipal, Paulo Salamuni (PV), e representantes de movimentos sociais.

A ação para acabar com o feriado foi movida pela ACP (Associação Comercial do Paraná) e pelo Sinduscon (Sindicato da Construção Civil do Paraná). No processo, o MP já havia emitido o seu parecer com a posição, mas como o julgamento ainda foi apenas liminar, ele ainda não foi avaliado pelos desembargadores.

Após a reunião de ontem, o presidente da Câmara, Paulo Salamuni (PV), e os movimentos sociais decidiram que devem mover reclamações ao STF (Supremo Tribunal Federal). Já o MP disse que ainda avalia o que fará no caso.



Câmara e movimentos vão apelar para a Corte em Brasília | JADER ROCHA/GABINETE DA VICE-PREFEITA

“Esse cancelamento foi um atraso social para Curitiba. Temos uma dívida social.”

MIRIAN GONÇALVES, VICE-PREFEITA

“Foi uma decisão precária do TJ. Quem deve julgar inconstitucionalidade é o Supremo”, disse Salamuni.

A vice-prefeita, Mirian Gonçalves (PT), apoiou as

ações. “O problema é o curto prazo (até o feriado), mas acreditamos em reverter antes do dia 20”, disse.

Para ela, Curitiba deveria aguardar uma decisão final do STF. “Essa questão poderia ter transcorrido em uma ação tranquila, com uma decisão que valeria para todo o Brasil. O que sabemos até agora é que o Supremo jamais deu uma liminar para esses casos”, afirma.

Mesmo que o feriado seja

cancelado, a prefeitura está planejando decretar ponto facultativo aos servidores na data. A decisão deve ser divulgada nos próximos dias.

Indefinição

Segundo o TJ-PR, ainda não há data para quando o caso deve voltar a ser avaliado. Existe uma chance de que isso ocorra no dia 18 de novembro.



THIAGO MACHADO
METRO CURITIBA

08 NOV 2013

METRO

Movimentos vão protestar em frente ao tribunal

Os movimentos sociais marcaram para a próxima terça-feira, às 13h, uma marcha em frente ao Tribunal de Justiça, na Praça Nossa Senhora de Salete, Centro Cívico. Em seguida a caminhada vai até a sede da ACP (Associação Comercial do Paraná), que foi a autora da ação que cancelou o feriado, em parceria com o Sinduscon-PR (Sindicato da Construção Civil do Paraná)

O protesto tem apoio de 20 entidades, incluindo o APP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná), Sindicato dos Comerciantes, CUT, Força Sindical e Terra de Direitos.

Nas redes sociais, eventos estão sendo criados em protesto contra a suspensão. Um deles, chamado "Dia 20 de novembro, não compre em Curitiba" tinha 835 apoiadores até ontem. Outro evento, chamado "Marcha da Consciência Negra sobre o Racismo Institucional", tinha 635 presenças confirmadas.

🌐 METRO CURITIBA

08 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

IPTU faz Haddad sofrer outra derrota na Justiça

Juiz nega pedido para reverter a decisão que suspendeu a sanção do reajuste de até 35%; MP diz que Câmara desrespeitou regimento interno

Luciano Bottini Filho

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), sofreu mais uma derrota ontem na batalha judicial pelo aumento de até 35% do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O juiz Emílio Migliano Neto, da 7.^a Vara da Fazenda Pública da capital, negou pedido para reverter a decisão que suspende a sanção do reajuste.

Na terça-feira, o magistrado havia concedido liminar para barrar a sanção do projeto aprovado na Câmara Municipal. Haddad, porém, sancionou e publicou a lei no dia seguinte, no *Diário Oficial da Cidade*. O prefeito alega que não havia sido oficialmente notificado da decisão antes de sancionar o texto.

A pedido do Ministério Público Estadual (MPE), o juiz ampliou anteontem a liminar para suspender a lei sancionada, porque o prefeito teria descumprido a liminar anterior. No mesmo dia, a argumentação de que não houve descumprimento da liminar por parte do prefeito foi entregue pela Procuradoria-Geral do Município à Justiça.

Segundo Migliano Neto, “não haverá espaço para malabarismos jurídicos para se esquivar da aplicação da lei”. Ontem, o juiz afirmou que, “se houve ou não descumprimento de ordem judicial, no momento oportuno este juízo decidirá”.

O juiz também negou o pedido da procuradoria para que o processo fosse declarado nulo. A Prefeitura diz que a ação civil pública, mecanismo usado pelo MPE para ir à Justiça, não é o meio correto para suspender a lei. Isso só seria possível por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade.

● Mais caro

1,5 milhão

de contribuintes pagarão IPTU mais caro em 2014 se a Justiça autorizar o aumento aprovado pela Câmara e sancionado pelo prefeito

Questionamento. Segundo o juiz, o MPE pediu a ampliação da primeira liminar “sob alegação de possível existência de vício insanável na origem de seu processo legislativo”. “É uma lição básica do direito administrativo: o ato administrativo nulo na origem macula todos os atos subsequentes.”

Migliano Neto afirmou que o prefeito “deve estar ciente de suas responsabilidades em todas as esferas (administrativa, civil e penal) em levar adiante um projeto de lei em que o representante do Ministério Público, que é o legítimo fiscal da lei, discute judicialmente, do ponto de vista formal, a legitimidade desse ato”.

Intimação. A Prefeitura alega que até ontem não havia sido intimada da concessão da liminar. A sanção do prefeito teria sido encaminhada ao *Diário Oficial da Cidade* às 18h17 de terça, conforme protocolo à Imprensa Oficial.

Para o promotor Maurício Ribeiro Lopes, da Promotoria de Habitação e Urbanismo, a lei foi aprovada às pressas, sem seguir o Regimento Interno da Câmara e sem a publicidade necessária. A Prefeitura pode recorrer da decisão no Tribunal de Justiça.

Prefeito zera imposto de moradia popular

● O prefeito Fernando Haddad sancionou ontem o projeto de lei que isenta do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) terrenos destinados ao Minha Casa Minha Vida e programas de habitação de interesse social, barateando a construção das moradias populares.

O Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) também deixa de ser cobrado para imóveis residenciais com valor de até R\$ 120 mil, quando o contribuinte for pessoa física.

O projeto também isenta do Imposto sobre Serviços (ISS) associações e cooperativas de radiotáxi, a partir de 1.^o de janeiro. / FELIPE TAU e ARTUR RODRIGUES

08 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Investigação. Três ex-diretores da CPTM são alvo do confisco determinado por juiz federal em meio às investigações que ligam as multinacionais Alstom e Siemens a fraudes em licitações no setor metroferroviário durante governos do **PSDB** no Estado de São Paulo

Justiça bloqueia bens de suspeitos de integrar esquema de cartel dos trens

Fausto Macedo

A Justiça Federal brasileira decretou ontem o bloqueio de bens de suspeitos de atuar em um cartel de multinacionais formado para obter contratos metroferroviários de estatais paulistas entre 1995 e 2008, nas gestões dos governadores do PSDB Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin.

Cinco pessoas físicas tiveram seus bens bloqueados, “sendo três ex-diretores da CPTM”, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Também foram alcançados pela medida três empresas, “duas delas suspeitas de terem sido utilizadas para a prática dos crimes de corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro”. Os nomes dos suspeitos e das empresas não haviam sido divulgados até a conclusão desta edição.

O confisco alcança valores em contas bancárias, títulos de investimento e ações pertencentes a investigados em processos de concorrência do Metrô e da CPTM. A Polícia Federal representou à Justiça Federal pelo bloqueio dos valores “com o objetivo de garantir o ressarcimento do Estado”.

● **Bloqueio**
R\$ 55,3 mi
é o valor total dos bens dos suspeitos, bloqueados por decisão da Justiça paulista

O Ministério Público Federal se manifestou pelo bloqueio dos ativos. Em parecer, a procuradora Karen Kahn pontuou a importância da medida a partir do cruzamento de dados bancários e fiscais dos investigados com informações recebidas da Suíça por meio de pedido de cooperação jurídica internacional.

A Polícia Federal baseou seu pedido em documentos da Procuradoria de Genebra.

O sequestro de bens foi determinado pelo juiz Marcelo Costenaro Cavali, da 6.^a Vara Criminal Federal. Em fevereiro de 2011, os procuradores suíços enviaram para o Ministério Público Federal em São Paulo um dossiê com extratos bancários e movimentações financeiras.

A Suíça pediu, inclusive busca e apreensão na residência de um investigado, o engenheiro João Roberto Zaniboni, ex-diretor de operações e manutenção

da CPTM entre 1998 e 2003, quando recebeu depósitos de US\$ 836 mil na conta Milmar, alojada no Credit Suisse de Zurique, de sua titularidade.

Os procuradores suíços requereram interrogatório dos consultores Artur Teixeira, Sérgio Meira Teixeira (já falecido) e José Amaro Pinto Ramos, a quem o Ministério Público atribuiu o papel de lobistas – eles repudiam a suspeita. Amaro Ramos, advogado, destaca que a Suíça já arquivou procedimento sobre sua conduta. O criminalista Eduardo Carnelós destaca a longa carreira de técnico e consultor de Arthur Teixeira, engenheiro formado na Poli.

A solicitação da Suíça ficou engavetada na Procuradoria da República por quase 3 anos – o procurador Rodrigo de Grandis, então responsável pelo caso, está sob investigação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em setembro passado, em regime de compartilhamento, os mesmos papéis chegaram finalmente à PF. O delegado Milton Fornazari Júnior investiga desde 2008 o cartel da Alstom na área de energia e estatais paulistas. Em agosto de 2012, Fornazari indiciou 11 investigados, inclusive o economista tucano Jorge Fagalli Neto, irmão do ex-presidente do Metrô, José Fagalli.

CONTINUA

08 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Há três meses, Fornazari assumiu a investigação sobre o cartel no setor de transportes públicos que a Siemens revelou em acordo de leniência no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). As duas frentes de investigação foram unificadas como caso Alston/Siemens com amparo em compartilhamento autorizado pela Justiça Federal. A PF avaliou que buscas na casa de Zaniboni, a essa altura, se tornaram desnecessárias. Mas decidiu pedir o bloqueio de bens do grupo, inclusive do ex-diretor de operações da CPTM.

O dossiê que a Suíça enviou ao Brasil mostra que Zaniboni recebeu depósitos na conta Milmar entre 22 de setembro de 1999 e 20 de dezembro de 2002 – final do governo Mário Covas e início da gestão Geraldo Alckmin, ambos do PSDB.

Em fins de 2002, Zaniboni autorizou e assinou aditamentos a três contratos da CPTM que elevaram gastos da estatal em R\$ 11,6 milhões – valores da época. Na mesma ocasião, segundo o Ministério Público da Suíça, Zaniboni recebeu “numerosos pagamentos”. Parte dos ativos, US\$ 200 mil, foi repassada para a conta de Zaniboni por Arthur Teixeira e Sérgio Teixeira.

Os promotores suíços descobriram que a Alstom remeteu o dinheiro para duas offshores sediadas no Uruguai, que seriam controladas por Arthur e Sérgio Teixeira. Ambos teriam feito os repasses para Zaniboni.

08 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Casal suspeito por sumiço tem prisão negada

A Justiça negou o pedido de prisão da mãe e do padrasto de Joaquim Ponte Marques, de 3 anos; que sumiu de casa, desde segunda-feira à noite, em Ribeirão Preto. Para a juíza da 2.^a Vara Criminal, Isabel Cristina Alonso dos Santos, em despacho na tarde de ontem, o casal colabora com a polícia e não ofereceu risco de fuga.

O Ministério Público não concorda e, em caso de crime, diz não ver a participação de uma terceira pessoa. Por isso, o promotor Marco Túlio Nicolino vai conversar com o delegado do caso e não descarta ingressar com um novo pedido de prisão.

A Polícia Civil trabalha com a possibilidade de Joaquim ter sido jogado no córrego perto de sua casa, indo parar no Rio Pardo, onde as buscas têm se concentrado. O delegado Paulo Henrique Martins de Castro disse que a linha de investigação aponta nesse sentido. “A primeira expectativa é essa.”

A mãe do garoto, a psicóloga Natália Mingone Ponte, e o padrasto, Guilherme Longo, novamente foram ouvidos na delegacia ontem. Visto como suspeito, Longo concedeu entrevista e disse acreditar que alguém entrou na casa durante a madrugada. Segundo ele, roupas do menino teriam sumido e a porta, que estava fechada, teria amanhecido aberta. / **RENE MOREIRA,**

ESPECIAL PARA O ESTADO

Acusado de agredir coronel da PM é solto

A Justiça concedeu liberdade provisória ao estudante Paulo Henrique Santiago dos Santos, de 22 anos, preso por tentativa de homicídio do coronel da Polícia Militar Reynaldo Simões Rossi. A decisão, do juiz Alberto Anderson Filho, da 1.^a Vara do Júri da Capital, veio 13 dias após a prisão em flagrante do universitário durante uma manifestação, em dia 25 de outubro.

De acordo com o despacho do juiz, não havia justificativa para que Santos permanecesse preso, uma vez que o Ministério Público não denunciou o estudante por falta de provas e pediu novas diligências para esclarecimento do caso. O universitário deve ser solto até amanhã.

O suspeito teve três pedidos de liberdade negados. No quarto foi incluído parecer do perito Ricardo Molina sobre um vídeo que prova que o estudante não aparece em nenhum momento perto do policial.

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Tribunal de Justiça quer reajuste médio de 10% nas custas dos cartórios

A menos de dois meses para o fim dos trabalhos do ano, o Tribunal de Justiça do Paraná encaminha à Assembleia Legislativa nos próximos dias um projeto para aumentar as custas dos cartórios do estado. A proposta é de um reajuste médio de 10% a 11%, equivalente à inflação dos últimos dois anos. Para valer em 2014, o texto precisa ser aprovado ainda neste ano pelos deputados.

80%

é a defasagem no valor das custas pela falta de reajuste nos últimos anos, segundo a Associação dos Notários e Registradores do Paraná. A entidade sugere uma correção imediata entre 25% e 30%.

08 NOV 2013

» JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

TJ vai propor reajuste entre 10% e 11% nas taxas dos cartórios

Projeto para aumentar as custas será enviado à Assembleia nos próximos dias. Judiciário quer que a proposta seja aprovada ainda neste ano para entrar em vigor em 2014

Euclides Lucas Garcia

A menos de dois meses para o fim dos trabalhos de 2013 na Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) vai enviar à Casa nos próximos dias um projeto para aumentar as custas dos cartórios do estado. Segundo o presidente da Corte, desembargador Guilherme Luiz Gomes, o reajuste das taxas será linear e deve girar em torno de 10% a 11%. Para valer em 2014, a proposta precisa ser aprovada ainda neste ano. No fim do ano passado, porém, matéria que tratava do mesmo tema não foi colocada em votação na Assembleia, sob o argumento de que não havia tempo suficiente para debetê-la.

Ontem, Gomes admitiu que pretende propor à Assembleia o aumento das custas. Segundo ele, a intenção é repor a inflação pelo

menos dos últimos dois anos, apesar de os valores não serem reajustados há cinco. O “índice razoável” de reajuste deve ficar entre 10% e 11%, mas ainda não foi definido. “Estamos estudando um reajuste linear que possa permitir que os serviços sejam prestados”, justificou. “Temos hoje várias unidades estatizadas e que dependem do recolhimento das custas para o pagamento dos servidores e a manutenção da máquina.”

Além disso, o TJ pretende formar um grupo de estudos — com a participação de representantes da OAB, da Defensoria Pública e dos serventuários (titulares de cartórios) — para propor a revisão geral do regimento de custas do estado. A ideia é enviar a proposta para o Legislativo até março, para que o tema possa ser debatido ao longo de todo o ano de 2014. “O regimento é de 1970 e não representa mais a realidade. Uma ação ajuizada num foro cível no valor de R\$ 50 mil, por exemplo, vai pagar o mesmo valor de custas de uma ação que um banco promova no valor de R\$ 5 milhões. Temos de fazer um ajuste”, defendeu.

Imbróglio

Nas últimas semanas do ano passado, o reajuste das custas causou muita polêmica — o que pode se repetir agora. Na época, o TJ propôs aumentar os valores de algumas taxas em até 300%.

Depois de muita pressão, os desembargadores optaram por um reajuste linear de 18,44%.

A redução, porém, não foi suficiente para contornar as críticas. Com o apoio de diversas entidades de classe e da sociedade civil, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), se negou a colocar o projeto em votação. Segundo ele, a medida não poderia ser analisada no afogadilho. Procurado ontem por telefone, o Rossoni não foi encontrado para comentar a nova proposta que deve chegar ao Legislativo.

Já a Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR), entidade que representa os cartórios, comemorou a decisão do TJ. Mas, segundo o presidente da entidade, Robert Jonczyk, o reajuste de 10% ou 11% ainda está muito longe de repor as perdas acumuladas ao longo dos últimos anos, que estão estimadas em até 80%. “As taxas estão para lá de defasadas. Um reajuste entre 25% e 30% daria uma boa aliviada até que se faça um estudo global. E estou falando apenas de correção monetária, sem considerar qualquer aumento.”

80%

é a defasagem das taxas em relação à inflação, segundo estimativa da Anoreg, entidade que representa os cartórios.

CONTINUA

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



“Temos hoje várias unidades estatizadas e que dependem do recolhimento das custas para o pagamento dos servidores e a manutenção da máquina.”

Guilherme Luiz Gomes, presidente do TJ.

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO ESTADUAL

Justiça estará “bem melhor” sem Camargo, diz corregedor do CNJ

O corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Francisco Falcão, acredita que, a partir do afastamento do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) Clayton Camargo, o estado terá “um Judiciário bem melhor”. A declaração foi dada ontem no primeiro dos dois dias em que representantes do CNJ estarão no TJ para acompanhar o cumprimento das metas e determinações feitas pelo órgão desde as últimas correições pelas quais passou o Judiciário estadual.

Clayton Camargo foi afastado do cargo de desembargador por unanimidade pelo CNJ no último dia 8 de outubro. Relator no julgamento que determinou o afastamento, Falcão disse na ocasião, que o conselho estava “varrendo do Judiciário os maus magistrados”. Também foi aberto contra Camargo um procedimento administrativo disciplinar para apurar a suspeita de que ele teve uma evolução patrimonial incompatível com as funções de magistrado. A decisão ainda se amparou em outros dois inquéritos que tramitam em sigilo no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e em mais três investigações em andamento na corregedoria do CNJ, que investigam denúncias de venda de sentenças, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção passiva e crimes tributários.

“Como filho de magistrado, tenho de defender o Judiciário. É importante que se tenha um Judiciário forte, honrado e que todos tenham o privilégio de dizer que se sentem seguros por ter uma Justiça célere e séria”, disse Falcão. “E, pelas notícias que tenho, o desembargador Guilherme Luiz Gomes [novo presidente do TJ] é um homem sério e, com certeza, vai procurar melhorar a imagem do tribunal.”

Falcão afirmou ainda que tomou conhecimento dos desdobramentos em torno da denúncia de que Clayton teria praticado tráfico de influência quando presidia o TJ para ajudar a eleger o filho dele, Fabio Camargo, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC). Recentemente, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu o afastamento de Fabio do cargo, e o deputado estadual Elton Welter (PT) disse ter sofrido pressão e ameaças na eleição realizada pela Assembleia Legislativa. Falcão, porém, não quis comentar o assunto, que está sob análise do STJ.

Transparência

“O TJ vai trabalhar de forma transparente e ética no sentido de cumprir todas as metas e determinações do CNJ para que a prestação do serviço ao povo do Paraná seja alcançada da melhor forma possível”, garantiu o novo presidente do TJ, em resposta às afirmações de Falcão. (ELG)

“É importante que se tenha um Judiciário forte, honrado (...). E acredito que a partir de agora, do afastamento do ex-presidente [Clayton Camargo], vamos ter um Judiciário bem melhor no Paraná.”

Francisco Falcão, corregedor do CNJ.



Antônio Morel/Gazeta do Povo

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» CURITIBA

Câmara vai ao STF por feriado da Consciência Negra

Thomas Rieger,
especial para a Gazeta do Povo

Em resposta ao cancelamento do feriado da Consciência Negra do dia 20 de novembro pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) deve ingressar com uma reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) hoje, adiantou o presidente da Casa, o vereador Paulo Salamuni (PV).

De acordo com o parlamentar, a ideia principal da ação não é discutir se o feriado é correto ou não, mas defender as decisões da CMC e garantir que elas sejam postas em prática. “A aprovação do feriado veio depois de um debate dentro da Câmara e leis aprovadas devem ser respeitadas. É uma questão de defesa legislativa da Casa”, argumentou. A decisão de ingressar com a ação foi tomada depois de uma reunião realizada ontem com o Ministério Público do Paraná, que contou com a presença da vice-prefeita Mirian Gonçalves (PT).

Salamuni também criticou o TJ-PR que, segundo ele, adiantou-se ao garantir o cancelamento da data. “Quem julga a constitucionalidade de uma lei é o STF, não o Tribunal do Paraná”, disse.

“Tudo bem a ACP [Associação Comercial do Paraná] defender seus associados, mas quem fala em nome da cidade é a Câmara. É ela que representa o povo, não o poder econômico”, declarou o vereador, fazendo menção à liminar movida pela ACP que foi a responsável pelo cancelamento do feriado. De acordo com a associação, o comércio da cidade deixaria de arrecadar R\$ 160 milhões com o recesso.

Reparação

Para o presidente da CMC, a existência do feriado da Consciência Negra é válida como forma de reparação histórica. “A própria Câmara, no passado, vitimou a população negra com a aprovação de leis que determinavam que os negros deveriam ser açoitados em praça pública e que não podiam frequentar os mesmos lugares que os brancos. Um verdadeiro absurdo”, cita.

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Feriado 1

O TJ acertou, mas pelo motivo errado. Cessaçãõ de lucros não é motivo para opor-se a um feriado, pois um feriado é uma festa coletiva; outros feriados (os religiosos) também deveriam ser suspensos e não o são. A "consciência negra" é exclusivista e, em vez de promover a integração social, promove a segregação "racial", apesar do que afirmam os seus defensores.

Gustavo Biscaia de Lacerda

Feriado 2

É importante que haja o Dia da Consciência Negra no Brasil todo, pois os afrodescendentes precisam de reconhecimento, e a ACP só está vendo pelo lado do dinheiro. Ainda existe muito racismo no mundo e precisamos lutar contra isso.

Paula da Silva Mota

Feriado 3

Parabéns ao TJ-PR pela suspensão do feriado do Dia da Consciência Negra, mesmo que seja provisória. Chega de politicagem, chega de farra de feriado. É menos um feriado para nos preocuparmos se teremos sol ou se o mesmo cairá numa quinta para enforçar a sexta.

Marcos Garcia

GAZETA DO POVO

Cotas no Congresso

08 NOV 2013

Reservar vagas para negros no Legislativo é insensato; melhor seria incentivar os partidos a lançar candidatos que representem a diversidade encontrada na sociedade brasileira

O racialismo parece avançar a passos largos no Brasil. A presidente Dilma Rousseff, por exemplo, acabou de pedir urgência em um projeto que cria cotas para negros no serviço público. Mas hoje queremos tratar de outro caso: a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal, de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece cotas para negros no Congresso, assembleias legislativas e câmaras municipais. No mínimo 20% e no máximo 50% das cadeiras deverão ser necessariamente preenchidas por parlamentares que tenham se declarado negros ou pardos nos censos demográficos do IBGE.

Os eleitores votariam em duas listas separadas — uma dos candidatos “sem raça” e outra formada por afrodescendentes — de tal modo a garantir que pelo menos um quinto das vagas em disputa seja obrigatoriamente ocupado por esses últimos. Luiz Alberto (PT-BA), autor do projeto e líder da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial, argumenta que, se incluída na Constituição, sua proposta representaria “um choque de democracia no Legislativo” — um raciocínio tortuoso que pode levar exatamente ao oposto do que pretende e, mais do que isso, a um retrocesso recheado de perigosas consequências. A pior das consequências seria de, na prática, institucionalizar o racismo no campo político.

Houve um tempo na história do Brasil em que eleitores e eleitos circunscreviam-se apenas aos “homens bons” — expressão que designava os cidadãos com mais de 25 anos pertencentes a ilustres linhagens familiares e que dispusessem de alguma riqueza e propriedades. Só esses podiam votar e ser votados, o que resultava em uma participação “popular” restrita a não mais de 2% dos brasileiros da época. Aos escravos,

aos pobres e às mulheres não se concediam tais direitos. Foram necessários séculos de aprendizado civilizatório para que o país reconhecesse como iguais perante a lei todos os brasileiros, independentemente de gênero, etnia, credo ou condição socioeconômica, dando-lhes idênticos direitos e deveres de cidadania plena.

Aplicada aos processos eleitorais, esta realidade se resume no axioma “um homem, um voto” — todos, entretanto, livres para escolher em quem votar segundo suas próprias convicções ou opções. Inclusive, se assim lhes aprouver, pela cor da pele, pela religião ou pelas causas defendidas pelos candidatos.

O contrário, como quer a infeliz PEC aprovada pela CCJ, é pernicioso, pois no fundo promove a desigualdade e a discriminação ao tornar obrigatória a eleição de porcentual de negros para os legislativos. Nesse caso, por que também não instituir cotas para outros grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira e dela fazem uma das mais invejáveis democracias raciais do planeta? Ou para as demais minorias? Promover tais cotas no Legislativo não faz sentido em nenhum dos casos, pois o que faz a qualidade de um parlamentar é o seu senso ético e sua preocupação com o bem comum, e não a cor da pele, o sexo, a religião, a orientação sexual ou quaisquer outras características.

Maior preocupação com a etnia negra demonstrariam projetos que promovessem sua ascensão educacional, cultural, econômica e social, e que beneficiassem também a tantos quantos, independentemente da cor ou de quaisquer outros fatores, se encontram excluídos das oportunidades a que têm direito — principalmente a de manter a dignidade da própria condição humana.

Se o problema de acesso enfrentado pelos negros aos parlamentos, como também argumenta o autor da PEC, se deve ao pouco espaço que lhes dão os partidos políticos, mais conveniente e apropriado é que se incentive as legendas a diversificar sua militância e a lançar candidatos que representem a diversidade encontrada entre seus membros ou na sociedade brasileira.

Do contrário, estaremos retrocedendo no tempo — ao tempo em que os brasileiros já nasciam desiguais.

Suspeitos no caso Alstom têm bens bloqueados

¶ A Justiça Federal decretou ontem o bloqueio de R\$ 60 milhões em bens de empresas e pessoas investigadas por supostas fraudes em licitações no setor de trens do estado de São Paulo. Segundo a Polícia Federal (PF), que pediu o congelamento dos bens, foram bloqueados valores em contas bancárias, títulos de investimento e ações.

Cinco pessoas (três ex-diretores da CPTM, estatal de trens paulista) e três empresas tiveram seus bens bloqueados. Duas das empresas são suspeitas de auxiliar a prática dos crimes de corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

A PF não divulgou o nome das pessoas nem das empresas envolvidas. Atualmente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) investiga o cartel para fraudar licitações a partir de informações repassadas pela Siemens. A decisão foi tomada por solicitação da PF, feita depois que a instituição tomou conhecimento do requerimento de cooperação internacional encaminhado ao Brasil por autoridades suíças.

A Suíça havia arquivado parte de suas investigações sobre a Alstom, pois desistiu de esperar por colaboração brasileira, após dois anos e oito meses de espera. Autoridades brasileiras foram informadas de que o Ministério Público da Suíça desistiu de esperar que Ministério Público

Federal brasileiro interrogasse quatro suspeitos do caso, analisasse sua movimentação financeira no país e fizesse buscas na casa de João Roberto Zaniboni, um ex-diretor da estatal CPTM.

A solicitação era de fevereiro de 2011. O procurador da República Rodrigo de Grandis, responsável pelas investigações sobre a Alstom, alegou uma "falha administrativa": o pedido da Suíça foi arquivado em uma pasta errada e isso só foi descoberto recentemente.

Seju paralisa convênio após presos serem acusados de estupro

¶ A Secretaria de Estado da Justiça (Seju) suspendeu por 15 dias o contrato de trabalho com o Instituto das Águas de Paranavaí, após dois detentos se tornarem suspeitos de estupro contra duas meninas, de 11 e 12 anos. Pelo convênio, eles e mais 14 presos, todos da Colônia Penal Industrial de Maringá, trabalhavam no instituto, que fica próximo à escola onde as vítimas estudam, em Paranavaí (Oeste do estado). A Seju informou que somente após o fim da investigação o convênio poderá ser retomado.

NOTAS POLÍTICAS

Sem auxílio-moradia

Pressionada pelo Ministério Público (MP) do estado, a Assembleia Legislativa de Minas anunciou que vai cortar o auxílio-moradia pago a deputados que possuem residência própria na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Um dia antes, o MP divulgou que havia expedido uma recomendação ao presidente da Casa, Dinis Pinheiro (PP), solicitando o fim do pagamento para os parlamentares proprietários de imóveis cidade. Cada um dos 77 deputados mineiros embolsam R\$ 2.850 a título de auxílio-moradia, mas não precisam prestar contas.

Acima da idade

Uma decisão liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a posse do juiz Cândido Moraes Pinto Filho, de 67 anos, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), mesmo sem ter sido nomeado pela presidente Dilma Rousseff. O pedido havia sido feito pelo juiz. O governo afirmou que recorrerá, já que o juiz tem mais de 65 anos. A Constituição estabelece que os tribunais regionais federais serão compostos por juizes nomeados pelo presidente e que tenham entre 35 e 65 anos de idade.

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Alunos da USP ignoram a Justiça e mantêm ocupação da reitoria

Estudantes da Universidade de São Paulo (USP) decidiram na noite de quarta-feira, em assembleia, manter a invasão da reitoria do câmpus Butantã e a greve parcial na universidade, apesar de a Justiça ter determinado a desocupação do prédio. A Polícia Militar pode intervir a qualquer momento, uma vez que o protesto continuará. A ocupação foi iniciada há mais de um mês e os estudantes pedem mudanças na forma de escolha do reitor. Na assembleia, 747 se manifestaram favoráveis à continuação do movimento, contra 562 votos pela saída dos alunos da reitoria. O Diretório Central dos Estudantes se manifestou pela saída do prédio e da paralisação, mas perdeu.

MP gaúcho prende transportador suspeito de adulterar leite

Notas fiscais de compra de 500 quilos de soda cáustica e 150 quilos de água oxigenada foram apreendidas ontem pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul durante operação contra adulteração de leite. Os comprovantes estavam na casa do transportador Airtton Jacó Reidel, de 31 anos, na cidade de Três de Maio, no Noroeste gaúcho. Reidel chegou a ser preso por porte ilegal de arma, mas foi solto no fim da tarde após pagar fiança. A apreensão faz parte da terceira fase da Operação Leite Compensado, que investiga a adição de água oxigenada ao leite. A substância disfarça as más condições sanitárias de conversação e transporte, além de aumentar o volume, já que o peróxido de hidrogênio se transforma em água quando adicionado ao leite.

Google é acusado de interceptar dados no Brasil pelo Street View

Uma decisão da 23ª Vara Cível de Brasília obriga o Google a apresentar até amanhã os dados coletados pelos carros de seu sistema de mapeamento fotográfico Street View no Brasil, os quais teriam interceptado dados privados por meio de redes wi-fi, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia de descumprimento. O processo é movido pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática, organização privada sediada no Recife (PE). O grupo pede R\$ 1 milhão. A decisão diz que a captação de dados como e-mails, senhas e outros por meio de redes sem fio desprotegidas seria indevida e considerada invasão de privacidade. A acusação diz que há má-fé por parte do Google. A prática foi admitida pela empresa nos EUA.

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Governo propõe atendimento judicial itinerante em protestos

Objetivo do Ministério da Justiça é agilizar o julgamento de ações de violência e vandalismo cometidos em manifestações

Após reunião com os secretários de Segurança Pública Fernando Grella (São Paulo) e José Maria Beltrame (Rio), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou ontem que o governo estuda a criação de um "pronto atendimento judicial" para penalizar as situações de violência e depredação nas manifestações.

"O pronto atendimento judicial ocorreria nas situações que se caracterizarem como abusivos ao longo das manifestações para que as pessoas tenham seus direitos atendidos ou o próprio Estado, ao ver situações de ilegalidade, possa atuar sem perder uma agilidade necessária", afirmou Cardozo.

Flavio Sirangelo, representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ficou responsável por apresentar uma proposta, no próximo dia 25, sobre como funcionaria o "pronto atendimento judicial" nos protestos —

em princípio nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. "São situações itinerantes. O que queremos é justiça rápida, um pronto atendimento judicial, mas a maneira ainda será discutida", afirmou Cardozo. Também foi proposta a criação de "um fórum de diálogos sociais" para que cidadãos possam denunciar situações de violência.

Durante a reunião foi formado também um comitê executivo para dar operacionalidade a todas essas propostas. O comitê terá integrantes do Ministério da Justiça, do CNJ, do Conselho Nacional do Ministério Público, além das secretarias de Segurança do Rio e São Paulo.

Cardozo informou ainda que foi aberto um prazo para encaminhamento de propostas de mudanças legislativas para coibir a violência nas manifestações.

SÃO PAULO

Acusado de agredir coronel da PM é solto 13 dias após prisão

A Justiça concedeu liberdade provisória ao estudante Paulo Henrique Santiago dos Santos, de 22 anos, preso por tentativa de homicídio do coronel da Polícia Militar Reynaldo Simões Rossi. A decisão do juiz Alberto Anderson Filho, da 1.ª Vara do Júri de São Paulo, veio 13 dias após a prisão do universitário durante protesto em que Rossi foi espancado por manifestantes. De acordo com o juiz, não havia justificativa para que Santos permanesse preso, uma vez que o Ministério Público (MP) não o denunciou por falta de provas e pediu novas diligências para esclarecimento do caso.

93,4%

dos brasileiros não apoiam a atuação dos Black Blocs, grupo de mascarados que tem participado das principais ações de vandalismo nas últimas manifestações de rua no Rio de Janeiro e em São Paulo. É o que revela levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT), em parceria com o MDA Pesquisa, divulgada ontem. Apenas 6% dos entrevistados se disseram favoráveis à atuação deles. A pesquisa apontou ainda que 81,7% dos entrevistados defendem o direito das manifestações públicas pelos cidadãos, e outros 17,3% não defendem. Foram entrevistadas 2.005 pessoas em 135 municípios das cinco regiões do país.

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO
PAIXÃO



08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Falha de conduta infringe regras do jogo

Reclamações de desobediência a preceitos éticos levadas a OAB-PR têm aumentado significativamente nos últimos anos. Há hoje 6,5 mil processos disciplinares no Paraná.

Desvios de conduta desafiam OAB

LONDRINA

Antoniele Luciano,
correspondente

A recente prisão de uma advogada tentando entregar um celular a um detento, em Londrina, Norte do Paraná, expôs um problema que atinge a categoria e leva a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a exercer medidas rigorosas para não ter sua imagem prejudicada. Somente no estado, há 6,5 mil processos disciplinares administrativos em andamento envolvendo advogados. Eles estão relacionados ao descumprimento do Código de Ética e do Estatuto da OAB, leis cujo conhecimento é exigido dos bacharéis já no Exame da Ordem.

Mesmo sendo uma situação mais rara nas investigações da entidade, casos como o de Londrina infringem normas éticas e ingressam no campo criminal. O presidente da subseção local da OAB, Artur Humberto Piancastelli, explica que, quando ocorre esse tipo de falta, os documentos profissionais do advogado são requisitados e um processo administrativo é aberto imediatamente. Se ficar comprovado que realmente houve infração, o profissional é excluído dos qua-

Processos disciplinares envolvendo advogados chegam à casa dos 6,5 mil casos em um universo de 80 mil inscritos na seção paranaense da Ordem

dros da OAB pela conduta ser incompatível com o exercício da profissão. “A penalidade é severa porque a situação prejudica a classe como um todo”, define Piancastelli.

Infrações que resultam em conflitos com quem deveria ser o maior aliado do advogado — o cliente — são as mais comuns entre os processos administrativos no estado. Segundo o presidente da Câmara de Disciplina da OAB Paraná, Renato Andrade, problemas como a falta de prestação de contas e retenção de autos poderiam ser evitados caso as partes acordassem a

defesa por escrito. “O advogado é o primeiro juiz da causa, na hora em que atende o cliente deve diagnosticar o caso, dar conhecimento do que pode fazer e apresentar por escrito o que vai fazer. É a forma das duas partes terem segurança”, afirma Andrade.

Ele assinala que a confiança plena entre ambos é fundamental para uma boa relação ao longo do processo que enfrentarão juntos. “Por isso, somos tão duros e enérgicos. O cliente coloca na mão do advogado valores grandes e graves”, pontua.

Andrade também salienta que, embora os envolvidos em processos de disciplina sejam uma parcela pequena dos inscritos na Ordem, os números preocupam. Conforme o representante da OAB, reclamações procedentes levadas à entidade têm aumentado significativamente nos últimos anos, expondo desobediência a preceitos éticos da Ordem. “Nas sessões que fazemos todos os meses, sempre temos exclusões ou suspensões sendo mantidas”, comenta ele, ao observar que esse cenário acompanha, de forma proporcional, o ingresso de novos advogados no mercado de trabalho.

A OAB Paraná tem hoje cerca de 80 mil advogados inscritos. Cerca de um terço deles está em atividade no estado.

“A penalidade é severa porque a situação prejudica a classe como um todo.”

Artur Humberto Piancastelli, presidente da subseção local da OAB-PR.

CONTINUA

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Tramitação pode levar cinco anos

Processos disciplinares envolvendo advogados não costumam ser rápidos. Pelo contrário, podem tramitar por até cinco anos. De acordo com o presidente da Câmara de Disciplina da OAB Paraná, Renato Andrade, a seccional paranaense conta com uma corregedoria, que procura cobrar mais agilidade nos julgamentos, priorizando sempre as faltas mais graves. “Estamos buscando reduzir o prazo de tramitação para dois anos”, diz.

LEGISLAÇÃO

Desconhecimento da lei é desculpa, dizem especialistas

A infração de preceitos éticos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nem sempre está ligada a desconhecimento da legislação. É o que avalia o professor de Ética da Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes (LFG), o advogado Arthur da Motta Trigueiros Neto. Ele observa que 20% da prova da OAB é voltada a questões de ética e que o descumprimento desses pontos no exercício da profissão está mais ligado ao aspecto pessoal do que à parte técnica. “Só pelo exame já conseguimos ver como isso é exigido pela OAB. O Código de Ética é algo muito fresco na cabeça dos alunos. Além dis-

Os casos são julgados primeiramente pelo Tribunal de Ética e Disciplina, composto por três advogados, e podem seguir, caso haja recurso, para o Setor de Ética e Disciplina, dividido em duas turmas de 15 membros cada. A última esfera de julgamento é no Conselho Federal da OAB.

Três punições podem ser aplicadas conforme a infração cometida pelos profissionais — censura, com possibilidade de registrar a infração nos assentamentos do inscrito; suspensão, de 30 dias a um ano; e exclusão. Há ainda a possibilidade de acrescentar multa à penalidade prevista,

fixada com base no valor da anuidade da Ordem, caso haja reincidência.

Em 2012, a OAB aplicou 1.083 penalidades a advogados do Paraná — a maioria das punições, 900, foram suspensões. Houve 101 censuras, 82 advertências — quando a censura é convertida em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do inscrito. Neste ano, até setembro, foram 354 punições — duas exclusões, 50 advertências, 60 censuras e 242 suspensões.

Desde 2004, segundo a seccional paranaense da Ordem, já foram registradas 42 exclusões, 569 censuras e 7.142 suspensões.

so, ética é feita de bom senso e não apenas de uma regra posta”, enfatiza.

Neto pondera que dificuldades do início da profissão podem levar a um desvio ético, como a captação ilegal de clientela, em especial com o uso de meios de comunicação, que são vedados para a prática. Ainda assim, esse é um motivo que não legitima qualquer infração. “A profissão de advogado não pode ter qualquer prática mercantilista”, reforça.

O professor de Ética Profissional e Estatuto da OAB, Marco Antônio Araújo Júnior, do Complexo Educacional Damásio de Jesus, também analisa que infrações disciplinares envolvendo a categoria não são fru-

to de desconhecimento do que diz a lei. “Há uma falsa impressão de impunidade, o advogado pensa que ninguém vai reclamar sobre sua conduta. Mas isso é falso, porque o Conselho Federal tem diretrizes que vêm sendo cumpridas com bastante atenção.” Ele pondera que pode haver casos em que o infrator sabe que sua conduta é irregular, mas tem dificuldade em reconhecer a repercussão que isso poderá ter na vida pública. De qualquer maneira, a situação deve ser passível de punição. “Em todas as profissões, temos bons e maus profissionais. Os maus, felizmente, são minoria na advocacia e devem ser punidos, inclusive com a possibilidade de cancelamento de sua inscrição”, salienta.

CONTINUA

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

INFRAÇÕES MAIS COMUNS

A Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reúne, em seu artigo 34, 29 incisos que podem resultar em infração disciplinar. A legislação também considera preceitos ligados ao Código de Ética e Disciplina. Com base nisso, as cinco faltas mais cometidas no Paraná são:

1 Captação ilegal de clientela, sobretudo com uso de meios vedados para publicidade, como carro de som e panfletos;

2 Falta de pagamento de contribuições, multas e preços de serviços devidos à OAB – representa quase 40% das infrações;

3 Retenção indevida e abusiva de autos do cliente;

4 Falta de prestação de contas ao cliente sobre quantias recebidas dele ou terceiros por conta dele;

5 Locupletamento à custa do cliente, principalmente quando recebe honorários para promover a ação e não a promove.

Fonte: Seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

“Em todas as profissões, temos bons e maus profissionais. Os maus são minoria na advocacia e devem ser punidos.”

Marco Antônio Araújo Júnior, professor de Ética Profissional do Damásio de Jesus.

GAZETA DO POVO

Concurso Público

Cargo: Juiz de Direito Substituto – 2012

Banca: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Disciplina: Direito Civil - Direito de Família

08 NOV 2013

Relativamente ao direito de família, assinale a assertiva correta.

- (A) Tendo a cônica tomado conhecimento, logo após seu casamento, de que seu marido era portador de doença grave e transmissível, capaz de causar risco à saúde dela ou da descendência do casal, as opções de que dispõe é forçar o marido a fazer um tratamento médico para tentar controlar a doença ou ajuizar ação de separação judicial fundada em culpa grave do outro cônjuge, por ter omitido o fato.
- (B) Em caso de divórcio dos pais, tendo um deles ficado com a guarda dos filhos e vindo o outro a casar novamente, perderá este o direito a supervisionar as atividades e os interesses dos filhos, pois todas as questões relativas aos filhos comuns passarão a ser decididas exclusivamente pelo genitor que permaneceu com a guarda.
- (C) Alguns anos após a separação judicial de um casal, a ex-mulher, que recebia pensão alimentícia do ex-marido, voltou a se casar. Como seu novo marido estava desempregado, a circunstância do novo casamento não faz cessar o dever do ex-cônjuge de continuar a pagar a pensão alimentícia.
- (D) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável. Por sua importância e efeitos, somente poderá ser efetuado através de um dos seguintes modos: por ocasião do registro do nascimento, por escritura pública ou por testamento.
- (E) Não só o pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, mas também os avós possuem o mesmo direito. Não havendo acordo com os genitores quanto à forma de exercício de tal direito, a questão será regulada pelo juiz, que sempre resguardará os interesses da criança ou do adolescente.

Resposta: E

O "X" DA QUESTÃO

MARÍLIA PEDROSO XAVIER,
doutoranda em Direito Civil pela USP, é mestre em Direito das Relações Sociais, professora da UniBrasil, do UniCuritiba e do Curso Luiz Carlos.

A questão acima exigiu que os candidatos dominassem não apenas a dogmática do direito de família contemporâneo, mas também que estivessem sensíveis às recentes mudanças legislativas e ao novo olhar que vem sendo dispensado a essa disciplina. A alternativa "a" alude a uma das hipóteses em que ocorre erro sobre a pessoa do cônjuge, descrita no artigo 1.557, inciso IV da codificação civil. Na realidade, trata-se de caso que enseja a anulação do matrimônio, conforme a dicção do artigo 1.556 do Código Civil. Portanto a afirmação está incorreta.

A assertiva "b" está permeada por uma série de equívocos. Ressalta-se de início que, como adverte Maria Berenice Dias, "os pais não se separam dos filhos". Não se deve confundir a relação conjugal com os papéis de pai e mãe. Note-se também que o direito de convivência com os ascendentes é regido pelo princípio do melhor interesse da criança. Daí o artigo 1.588 do Código Civil estabelecer que o pai ou a

mãe que contrair novas núpcias não perde o direito de ter consigo os filhos, sendo que só lhe poderão ser retirados por mandado judicial.

A afirmativa "c" está incorreta, uma vez que o casamento, a união estável ou o concubinato do credor faz cessar o dever de prestar alimentos (artigo 1.708 do Código Civil).

A alternativa "d" é igualmente falsa, pois o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento, além dos modos citados, também poderá ser feito por escrito particular (a ser arquivado em cartório) e por manifestação direta e expressa perante o juiz (artigo 1.609 do Código Civil).

Por fim, observa-se que a assertiva "e" está correta, porquanto contempla a mudança legislativa ocorrida em 2011 (Lei nº 12.398) que incluiu no artigo 1.589 o seguinte parágrafo único: "o direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente".

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

TJ-PR tem novo desembargador

Tomou posse no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) o novo desembargador Fábio Haick Dalla Vecchia. A solenidade ocorreu na terça-feira passada. Fábio Dalla Vecchia iniciou sua carreira como magistrado em 1992. Ele ocupará a vaga aberta pelo falecimento do desembargador Augusto Lopes Côrtes, no mês passado, e foi promovido pelo critério de merecimento.

PALESTRA

Ives Gandra Filho dará palestra em Curitiba

Na terça-feira, dia 12, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra Martins Filho vai ministrar uma palestra sobre os reflexos sociais e educacionais das decisões dos tribunais. O evento é organizado pela Caixa dos Advogados do Paraná e pela Escola do Bosque Mananciais, e conta com o apoio da Comissão OAB Social. A palestra começa às 19h, na Escola do Bosque Mananciais (Rua Matheus Leme, 4248). As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site tranet.oabpr.org.br/servicos/eventos/evento.asp?id_evento=286.

PROVA

Estão abertas as inscrições para o XII Exame de Ordem

As inscrições para o XII Exame de Ordem estão abertas até o dia 14 de novembro pelo site oab.fgv.br. Conforme o edital, a prova objetiva será aplicada em 15 de dezembro. Este exame traz alterações significativas, o candidato aprovado na 1ª fase que reprovar na 2ª fase poderá fazer apenas a segunda fase no exame seguinte. A aprovação é requisito necessário para a inscrição nos quadros da OAB como advogado, conforme previsto no artigo 8º, IV, da Lei 8.906/1994. O Exame de Ordem pode ser prestado por bacharel em Direito e estudantes do último ano do curso de graduação em Direito ou dos dois últimos semestres.

STJ

Participantes de racha devem receber a mesma condenação

¶ Ementa

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ACUSAÇÃO QUE IMPUTOU A AMBOS OS RÉUS, EM COAUTORIA, A PRÁTICA DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO. PARTICIPAÇÃO EM DISPUTA AUTOMOBILÍSTICA ILÍCITA ("PEGA"), COM VELOCIDADE EXCESSIVA E MANOBRAS ARRISCADAS, QUE OCACIONOU A MORTE DA VÍTIMA. CARACTERIZAÇÃO DO DOLO EVENTUAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CONSELHO DE SENTENÇA QUE

RECONHECEU, NA LINHA DA TESE DEFENSIVA, A INEXISTÊNCIA DO CHAMADO "PEGA". CONDENAÇÃO DE UM RÉU POR HOMICÍDIO CULPOSO (CTB, ART. 302) E O OUTRO POR HOMICÍDIO DOLOSO (CP, ART. 121). IMPOSSIBILIDADE. FATO ÚNICO. CRIME PRATICADO EM CONCURSO DE PESSOAS. AUTORIA COLATERAL. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO À TEORIA MONISTA. ART. 29 DO CÓDIGO PENAL. EXTENSÃO DA DECISÃO QUE CONDENOU O CORRÉU POR HOMICÍDIO CULPOSO AO RECORRENTE. RECURSO NÃO CONHECIDO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO. Processo nº Resp 1306731

STJ

Obrigação de resultado em cirurgia estética inverte ônus da prova

¶ Ementa

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CIRURGIA ESTÉTICA. OBRIGAÇÃO DE RESULTADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REGRA DE INSTRUÇÃO. ARTIGOS ANALISADOS: 6º, VIII, E 14, CAPUT E § 4º, DO CDC. 1. Ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais, ajuizada em 14.09.2005. Dessa ação foi extraído o presente recurso especial, concluso ao Gabinete em 25.06.2013. 2. Controvérsia acerca

da responsabilidade do médico na cirurgia estética e da possibilidade de inversão do ônus da prova. 3. A cirurgia estética é uma obrigação de resultado, pois o contratado se compromete a alcançar um resultado específico, que constitui o cerne da própria obrigação, sem o que haverá a inexecução desta. 4. Nessas hipóteses, há a presunção de culpa, com inversão do ônus da prova. 5. O uso da técnica adequada na cirurgia estética não é suficiente para isentar o médico da culpa pelo não cumprimento de sua obrigação. 6. A jurisprudência da 2ª Seção, após o julgamento do Repls 802.832/MG, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 21.09.2011, consolidou-se no sentido de que a inversão do ônus da prova constitui regra de instrução, e não de julgamento. 7. Recurso especial conhecido e provido.

STJ

Pessoa jurídica não tem legitimidade para interpor recurso no interesse dos sócios

¶ Ementa

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS

DO DEVEDOR. A pessoa jurídica não tem legitimidade para interpor recurso no interesse do sócio. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n. 8/08. REsp 1347627

TST

Goodyear pagará horas extras por tempo em que ajudante participou de ginástica laboral

¶ RECURSO DE REVISTA. 1. HORAS EXTRAS. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. FIXAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. VALIDADE. "Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento das 7ª e 8ª horas como extras". Inteligência da Súmula 423 desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido. 2. ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA EM HORÁRIO DIURNO. "Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT". Inteligência da Súmula 60, II, do TST. Recurso de revista não conhecido. 3. HORAS EXTRAS. MINUTOS RESIDUAIS. TEMPO DESTINADO À GINÁSTICA LABORAL E REUNIÃO DE SEGURANÇA. Não merece conhecimento o recurso de revista, lastreado apenas em divergência jurisprudencial, quando o único paradigma ofertado revela-se inespecífico (Súmula 296/TST). Recurso de revista não conhecido. RR - 972-58.2010.5.15.0007

TJRS

Advogado que sumiu com autos é condenado

¶ Ementa

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. ARTIGO 356 DO CÓDIGO PENAL. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. Processo nº 70051817716

08 NOV 2013

GAZETA DO POVO

STJ definirá contribuição previdenciária sobre horas extras e demais rubricas

ARTIGO

BOLIVAR GUEDES,
advogado, é especialista
em direito tributário.

Frente ao cenário atual que envolve alta carga de contribuições, complexa legislação e insegurança jurídica, avizinha-se mais um capítulo sobre a controvérsia das contribuições para a seguridade social, ou seja, sobre a folha salarial, demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título à pessoa física, nos termos do que dispõe a Constituição Federal.

Em face da amplitude conceitual do termo "folha salarial", assim como a divergência científica sobre a natureza salarial ou não salarial de inúmeras verbas, é de longa data que se discute quais verbas devem compor a base de cálculo da contribuição previdenciária. Em decisão publicada em agosto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acaba de dar um passo importante para a solução de mais uma controvérsia, ao decidir que a questão sobre a incidência de contribuição sobre os valores pagos a título de horas extras, adicional de periculosidade e adicional noturno, seja versada como recurso repetitivo no Recurso Especial n. 1358281. Com isso, a decisão proferida nesse recurso servirá de parâmetro e vinculará todos os casos em andamento sobre o tema.

O julgamento – para decidir sobre a contribuição – será pautado mais precisamente sobre a natureza a quais se destinam as verbas, analisando a questão científica que envolve as remunerações, uma vez que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor sofrem a incidência da contribuição previdenciária.

No entanto, basta analisar a natureza das rubricas para percebermos que elas se prestam a indenizar e não a remunerar o trabalhador, não devendo, portanto, ser incorporadas ao salário e, como, tal, não se enquadram na hipótese prevista no artigo 195, I, "a" da Constituição Federal. No caso das horas extras, os valores pagos servem para compensar o trabalhador pela jornada extenuante de trabalho eventualmente realizada. Tanto é verdade que a legislação ordinária, mais precisamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fixa em, no mínimo, 50% acima do valor da hora normal, dobrando-se quando realizada em domingos e feriados.

Sob essa mesma ótica, se filiam os adicionais em análise (periculosidade e noturno), valores pagos aos trabalhadores que laboram em condição prejudicial à sua saúde, assim como pelo exercício do labor em horário habitualmente de descanso, podendo, assim, serem suprimidas a qualquer tempo.

Caso o STJ entenda que as verbas acima têm naturezas indenizatórias e não salariais, estará afastada a sua inclusão na base de cálculo da contribuição previdenciária, tendo em vista não haver natureza retributiva de trabalho, mas compensatória, o que não permitiria a sua inclusão na base de cálculo "folha de salário".

Vale notar que a adoção desse método de julgamento segue a trilha do Recurso Especial n. 1230957, no qual o Superior Tribunal de Justiça deverá decidir a questão sobre a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de aviso prévio indenizado, terço constitucional de férias (gozadas), 15 dias que antecedem o auxílio-doença, salário-maternidade e salário-paternidade.

Não há dúvidas de que estaremos frente a precedentes de impacto aos empregadores, cuja solução poderá resultar como fundamento para propositura de ações buscando a declaração da inexistência da cobrança e do direito à restituição ou compensação dos valores recolhidos indevidamente pelas empresas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A postulação via judicial, face sua eficiência e segurança, faz com que as empresas garantam uma considerável recuperação de custos nesta elevada matriz tributária à qual são submetidas, uma vez que, pela via administrativa, torna-se inviável a pretensão, pois a administração pública possui entendimento diverso daquele que pode ser pacificado.

Assim, devemos ficar atentos aos futuros desdobramentos atinentes às rubricas expostas e considerar que a gestão de direitos é uma ferramenta estratégica indispensável à sustentabilidade e competitividade de qualquer empreendimento. Ainda mais, estamos em um momento oportuno para que a empresa avalie e se adeque aos procedimentos que vêm sendo adotados em relação às referidas rubricas, evitando recolhimentos indevidos, riscos ou contingências, em tempo hábil.

Quanto às ditas rubricas, é manifesto que, das suas próprias naturezas, já se extraem a possibilidade delas não serem incorporadas ao salário e, como tal, não se enquadrarem na hipótese prevista no artigo 195, I, "a" da Constituição Federal, pois servem para compensar o trabalhador pela jornada extenuante de trabalho eventualmente realizada (horas extras) e laborar em condição prejudicial à sua saúde (adicional de insalubridade e periculosidade), podendo, assim, serem suprimidas a qualquer tempo.

08 NOV 2013

Em face da amplitude conceitual do termo "folha salarial", assim como a divergência científica sobre a natureza salarial ou não salarial de inúmeras verbas, é de longa data que se discute quais verbas devem compor a base de cálculo da contribuição previdenciária

Devemos ficar atentos aos futuros desdobramentos atinentes às rubricas expostas e considerar que a gestão de direitos é uma ferramenta estratégica indispensável à sustentabilidade e competitividade de qualquer empreendimento

08 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Mandirituba

Juizado Especial será inaugurado na terça-feira

Na próxima terça-feira, (12), às 14 horas será realizado o cerimonial de inauguração do Juizado Especial na cidade de Mandirituba. A programação contará com a presença do Juiz de Direito da Comarca de Fazenda Rio Grande, Dr. Marcos Antônio da Cunha Araujo, prefeito Onildo Gelatti, secretários municipais, vereadores, lideranças comunitárias, religiosas e comerciantes.



A sede do Juizado Especial vai funcionar no centro da cidade

O Juizado Civil Especial trabalha com pequenas causas, conforme

Projeto de Lei, nº 9.099 sancionado no dia 26 de setembro de 1995.

De acordo com o prefeito Onildo Gelatti, Mandirituba passará a contar com mais um importante serviço “o município está cedendo o espaço físico, e funcionários para auxiliar nos trabalhos da instituição” destacou o prefeito. O juizado funcionará na Rua Francisco Manuel de Oliveira Mendes, nº 140, centro, próximo ao Teatro Municipal.

08 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Aroldo
Murá**

"PODE PARECER RACISTA"

Jorge Bernardi não escondeu estar frustrado com a derrubada do Dia da Consciência Negra decidida pelo Tribunal de Justiça do Estado. Para o vereador do PDT, falando quarta, 6, na Câmara, embora "Curitiba não seja racista", com a decisão poderá "acabar parecendo".

Bernardi acha que com a decisão

do TJ a cidade perde a oportunidade de alinhar-se com outras 1.400 cidades brasileiras que homenageiam os negros por sua contribuição à vida nacional.

A decisão do TJ foi tomada com base em ação intentada pela Associação Comercial do Paraná e Sindicato da Indústria da Construção Civil.

JORNAL DO ÔNIBUS NOTAS POLÍTICAS

Feriado polêmico

A suspensão do feriado da Consciência Negra em Curitiba pelo Tribunal de Justiça do Paraná, que atende à solicitação da ACP e do Sinduscon, foi discutida ontem no Ministério Público com o procurador-geral Gilberto Giacóia, vereadores, a vice-prefeita e secretária do Trabalho, Mirian Gonçalves, o representante do Movimento Negro, Saul Dorval da Silva e a advogada Melina Breckenfeld. O grupo foi pedir por uma reversão na decisão judicial que cancelou o feriado.

08 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Roseli Abrão Inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal declarou, quarta-feira, a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 12.034/2009, que cria o voto impresso a partir das eleições de 2014.

Com a decisão da sessão plenária de quarta-feira, os ministros confirmaram, em definitivo, liminar concedida pela Corte em outubro de 2011, na qual foram suspensos os efeitos do dispositivo questionado pela Procuradoria Geral da República na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4543).

Inviolável

Para a relatora da ADI, a ministra Cármen Lúcia, a impressão do voto “compromete o sigilo e a inviolabilidade do voto assegurada pelo artigo 14 da Constituição Federal”.

Segundo o STF, a ministra argumentou que “o segredo do voto foi conquista impossível de retroação”.

A ministra argumentou, também, que “a urna é o espaço de liberdade mais seguro do cidadão”.

08 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça bloqueia R\$ 60 mi de envolvidos em cartel de trens

PF diz que decisão atinge bens de ex-diretores da CPTM e de três empresas

Pedido de bloqueio foi apresentado após polícia saber do pedido de ajuda da Suíça em investigação da Alstom

A Justiça Federal determinou ontem o bloqueio de R\$ 60 milhões em bens de ex-diretores da estatal paulista de trens CPTM e de empresas investigadas por fraudes em licitações no setor de transportes do Estado de São Paulo.

Sem citar nomes dos envolvidos na decisão, a Polícia Federal divulgou que a quantia foi bloqueada em contas bancárias, títulos de investimento e ações de três empresas e cinco pessoas —entre elas três ex-diretores da CPTM.

Todos são investigados em inquérito que apura crimes de corrupção, evasão de divisas e lavagem de dinheiro relacionados a licitações do Metrô e da CPTM, segundo a PF, que afirma ter pedido o bloqueio para garantir o ressarcimento aos cofres públicos caso as fraudes sejam comprovadas na Justiça.

Atualmente, o Ministério Público Federal investiga se a multinacional francesa Alstom pagou propina a funcionários públicos ligados ao setor de trens por meio de consultorias falsas entre 1999 e

2002, durante governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin, ambos do PSDB.

Paralelamente, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão federal que tenta garantir a livre concorrência, apura um cartel formado por empresas em licitações do Metrô e da CPTM entre 1998 e 2008, também durante governos tucanos. O caso foi delatado pela companhia alemã Siemens.

A PF diz que pediu à Justiça o bloqueio dos bens após tomar conhecimento de um pedido de cooperação internacional encaminhado pela Suíça ao Ministério Público Federal no Brasil.

No final de outubro, a **Folha** revelou que os procuradores suíços haviam desistido de investigar parte do caso envolvendo a Alstom após dois anos esperando a ajuda das autoridades brasileiras.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, anunciou que a Suíça renovou o pedido e que o Ministério Público irá cumprir as buscas e interrogatórios solicitados.

CPI

Ontem, a CPI do Transporte Público da Câmara Municipal de São Paulo teve que adiar o depoimento do presi-

dente da Alstom no Brasil, Marcos Costa.

O empresário passou mal um pouco antes da sessão na qual seria ouvido. Um novo depoimento foi marcado para o dia 28 deste mês.

Ele teve um “mal-estar” e “perdeu a condição de enfrentar o estresse de um depoimento”, segundo Roberto Lopes Teixeira, um dos advogados da empresa.

08 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Nicolau, Luiz Estevão e outros réus terão de devolver R\$ 1 bi por desvio

TRF manteve condenação em ação civil pública sobre obra de fórum

A Procuradoria Regional da República da 3ª Região (SP e MS) divulgou na última segunda-feira que foram mantidas as condenações do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, e do ex-senador Luiz Estevão por desvios de dinheiro da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo, cuja licitação foi iniciada em 1992.

Além de Nicolau e Estevão, outros réus, entre pessoas físicas e jurídicas, tiveram seus recursos negados pelo TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região em duas ações civis públicas por improbidade administrativa por causa do desvio de quase R\$ 170 milhões, em valores da época.

Segundo o TRF, o montante supera R\$ 1 bilhão em valores atuais. Os condenados devem ressarcir os cofres públicos e pagar multas. Como as decisões são de segunda instância, ainda cabe recurso.

Além dessas ações, o ex-juiz já tem uma condenação definitiva por lavagem de dinheiro, pela qual cumpre pena em presídio de Tremembé (SP) e foi multado em R\$ 600 mil. Em outros processos, foi condenado por crimes como estelionato e corrupção passiva. Estevão firmou acordo com a Justiça para devolver cerca de R\$ 500 milhões.

08 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ex-ministro Nelson Jobim ganha passaporte especial do governo

Documento diplomático foi dado a pedido de Joaquim Barbosa

DE BRASÍLIA

O ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Nelson Jobim recebeu ontem passaporte diplomático, concedido pelo Ministério das Relações Exteriores. O documento garante benefícios como acesso a fila de entrada separada e tratamento menos rígido nos países com os quais o Brasil tem relação diplomática.

O pedido foi feito pelo presidente da corte, Joaquim Barbosa, em ofício encaminhado em outubro ao Itamaraty. A solicitação inclui a esposa de Jobim, Adrienne Senna.

O chanceler Luiz Alberto Figueiredo atendeu a demanda com base em trecho do de-

creto que regulamenta a entrega do passaporte especial.

A legislação concede passaporte diplomático “às pessoas que, embora não relacionadas nos incisos deste artigo, devam portá-lo em função do interesse do país”.

Essa foi a justificativa usada para a concessão desse passaporte a parentes do ex-presidente Lula em 2010.

O Itamaraty informou que o documento de Jobim foi renovado: o passaporte diplomático anterior, dado quando ele era ministro da Defesa (2007-2011), perdeu a validade. Disse ainda que é praxe concedê-lo a ex-ministros.

Em maio deste ano, o ministério concedeu passapor-

te diplomático ao ex-ministro do STF Eros Grau —também a pedido de Joaquim Barbosa e embaçado no trecho da lei que permite a entrega “em função do interesse do país”.

A justificativa apresentada foi a de que ex-ministros participam com frequência de eventos internacionais.

A **Folha** tentou contato com Jobim, mas não teve retorno até o fechamento da edição.

O STF afirmou que “ministros aposentados mantêm prerrogativas do cargo, inclusive a concessão de passaporte diplomático”. A solicitação, disse, é feita quando “o próprio ministro aposentado requer o pedido”. (FLÁVIA FORQUE E MATEUS LEITÃO)

08 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Meta é atuar na hora
'situações abusivas'

O governo estuda criar um "pronto atendimento judicial" itinerante para penalizar as situações de violência e depredação nos protestos pelo país. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, após reunião com os secretários de Segurança Pública Fernando Grella (São Paulo) e José Maria Beltrame (Rio).

Segundo o ministro, a Justiça itinerante atuaria em "situações abusivas" nas manifestações. "Funcionará para que as pessoas tenham seus direitos atendidos ou o próprio Estado, ao ver situações de ilegalidade, possa atuar com a agilidade necessária", afirmou Cardozo.

No dia 25, será apresentada a maneira como funcionaria o "pronto atendimento judicial" nos protestos — a princípio nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Além da Justiça itinerante, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou na reunião a proposta de criação de "um fórum de diálogos sociais", que reunirá denúncias de situações de violência nos protestos.

Também foi formado, na reunião, um comitê executivo para dar operacionalidade a todas essas sugestões, além de aberto um prazo para encaminhamento de propostas de mudanças legislativas para coibir a violência nas manifestações. No dia 29, o comitê se reunirá para deliberar sobre as propostas.

Na próxima quarta haverá uma reunião em São Paulo sobre a unificação dos protocolos das polícias para atuação nas manifestações.

A primeira reunião de secretários e o ministro foi na semana passada e teve a concordância da presidente Dilma Rousseff, que classificou como "barbárie" a ação dos 'black blocs'. (MATHEUS LEITÃO)

**Governo
quer Justiça
itinerante
em protestos**

08 NOV 2013

BEMPARANÁ

**KARLOS
KOHLBACH**

Aumento custas Judiciais

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, afirmou ontem que vai encaminhar ainda este ano para a Assembleia Legislativa um projeto de lei que reajusta as custas judiciais. O índice de aumento será linear e deve ficar próximo dos 10% — referente as perdas com a inflação.

BEMPARANÁ

08 NOV 2013

KARLOS KOHLBACH

MP investiga fantasma de deputado estadual

Corre no Tribunal de Justiça do Paraná o inquérito 1084670-3 que apura o suposto envolvimento do deputado estadual Nereu Moura (PMDB) na contratação de uma funcionária fantasma. A servidora em questão chama-se Elza Chrispim Calixto que em 2000 era empregada na casa do atual senador Roberto Requião (PMDB) e mantinha, sem conhecimento, um cargo na liderança do PMDB, na época de responsabilidade de Moura. A Polícia Federal investigou e concluiu que os documentos de Elza foram usados para fazer a contratação na Assembleia e seus salários foram desviados. O Ministério Público Federal denunciou o deputado por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e desvio de dinheiro público. Foram denunciados ainda Paulo Gomes Júnior, chefe de gabinete da bancada do PMDB na época, e Rosângela Chrispim Calixto, filha de Elza, que teria usado os documentos da mãe...

Denúncia anulada

... A denúncia contra Nereu Moura acabou sendo anulada em julho de 2012 por decisão do Superior Tribunal de Justiça que entendeu que a competência para julgar o caso era da Justiça Estadual e não a Federal. Por conta desta decisão, o MP do Paraná abriu inquérito contra Moura, Júnior e Rosângela – e a investigação retorna agora quase a estaca zero. O caso está no TJ por conta do foro privilegiado do peemedebista. Apesar da investigação, são remotas as chances de condenação, já que o suposto crime aconteceu em 2000 e são grandes as chances de prescrição.

Comissionados x Efetivos

O Ministério Público do Paraná entrou com uma ação civil pública contra a Câmara Municipal de Matinhos, no Litoral do Estado. Os promotores querem que o legislativo municipal adeque o número de servidores comissionados – que não pode ser maior que o de concursados. Hoje, a Câmara conta com 19 funcionários concursados e 27 que ocupam cargo em comissão. Na ação, o MP requer à Justiça a demissão de servidores, em especial dos ocupantes do cargo de assessores parlamentares. O Ministério Público Federal em Brasília também está de olho. Foi aberto um inquérito civil para investigar o loteamento partidário nas nomeações de servidores comissionados no Senado Federal, sob a gestão de Renan Calheiros (PMDB). A Casa tem hoje 3.241 funcionários comissionados, nomeados por meio de indicação, e 2.991 concursados.

NOVIAS

Cid Vasques

O Departamento de Polícia Federal encaminhou ofício ao procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacóia, manifestando apoio à renovação da licença de Cid Vasques junto ao Ministério Público do Estado, para que ele continue a exercer, a partir de 1º de janeiro de 2014, o cargo de secretário estadual da Segurança Pública. O documento é assinado pelo diretor-geral da Polícia Federal, delegado Leandro Daiello Coimbra.

08 NOV 2013

BEM PARANÁ

Dia da Consciência Negra

Comitê prepara ato pró-feriado

Movimentos sociais de Curitiba anunciam uma manifestação para a próxima terça-feira para defender o feriado da Consciência Negra na Capital, no dia 20 de novembro. Nesta semana, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu o feriado. A manifestação está marcada para acontecer em frente ao TJ.

A manifestação foi decidida na noite de quarta-feira, quando mais de cem lideranças de Curitiba se reuniram na sede da APP-Sindicato, e criaram um comitê em defesa do feriado do Dia da Consciência Negra. Formado por mais de 20 entidades do movimento social negro, ONGs e sindicatos, Sindicato dos Comerciários, CUT, Força Sindical, Terra de Direitos, outras ações também serão tomadas.

A manifestação começa às 13 horas e será seguida de caminhada até a sede da Associação Comercial do Paraná (ACP), uma das autoras da ação que derrubou o feriado. Também será entregue à população uma carta de repúdio à atitude da ACP e do Sinduscon-PR e à decisão do Tribunal de Justiça. Ainda será fomentada uma campanha de boicote ao comércio, incentivando as pessoas a não fazer compras no dia 20 de novembro, caso a decisão não seja revertida a tempo.

08 NOV 2013

BEMPARANÁ

Cláudio dell'Orto

Quanto vale a vida de um juiz?

A Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) promove, em 8 de novembro, a cerimônia de entrega do Prêmio Patrícia Accioli de Direitos Humanos, em sua segunda edição, que homenageia essa grande juíza fluminense, assassinada há dois anos. Pagou com a vida a coragem e ética no exercício de seu trabalho em defesa da sociedade, da Justiça, do Direito e da democracia.

Quanto vale a vida de um magistrado? Esta é uma pergunta que deveria ser sempre respondida antes de se veicularem informações incorretas sobre os vencimentos dos juízes, cujos salários respeitam o teto constitucional, e de se especular com relação a proventos como verbas indenizatórias e auxílio-alimentação. É preciso considerar que a Magistratura é uma carreira que impõe limitações à conduta cotidiana dos profissionais, inclusive pertinentes à segurança. Trata-se de uma profissão que deve ter remuneração compatível com os riscos a ela inerentes e com suas responsabilidades como guardiã dos direitos e deveres e garantidora das prerrogativas democráticas.

Os magistrados são submetidos a formação especial e deles se espera, além de profundo conhecimento jurídico e das leis, um especial comprometimento com a realização dos objetivos fundamentais da República. Afinal, são membros de Poder Judiciário, uma das instituições basilares do Estado, selecionados e nomeados por meio de rigoroso concurso público, acessível a qualquer brasileiro que se disponha a cumprir as várias etapas de preparação, que duram vários anos, incluindo a difícil formação acadêmica em Direito.

Os juízes não podem desempenhar outra atividade econômica paralela, exceto um cargo de professor

Os juízes não podem desempenhar outra atividade

de econômica paralela, exceto um cargo de professor. Isso exige que o seu sistema remuneratório seja um instrumento capaz de assegurar nível de vida compatível com as responsabilidades atribuídas pela sociedade nos milhões de processos que diariamente precisam ser decididos para que todos os brasileiros possam ter uma vida mais justa, reduzindo-se as desigualdades sociais.

CONTINUA

08 NOV 2013

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Uma remuneração adequada certamente permite que os cidadãos disponham de um Judiciário melhor, porque os profissionais mais competentes não serão estimulados a migrar para outras áreas do Direito nas quais os salários e vantagens financeiras sejam mais atraentes. Os estudantes de Direito, sabendo que a Magistratura é bem remunerada, terão mais um estímulo para se dedicar ao estudo aprofundado das leis e dos conteúdos acadêmicos dessa ciência. Os magistrados que já acumulam experiência no serviço jurisdicional trabalharão com a certeza de que suas famílias terão uma vida compatível com a responsabilidade e o risco das atividades que exercem.

Seria mais justo com a categoria e com a sociedade que se perguntasse, antes de se especular quanto aos vencimentos dos magistrados, quanto vale a sua vida, este bem irreparável. Há cerca de 500 juízes ameaçados no Brasil atualmente. Alguns, assim como suas famílias, pagam alto preço pelo exercício digno da profissão, como nos lembra dolorosamente a memória de Patrícia Accioli.

Cláudio dell'Orto é Desembargador e presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ).